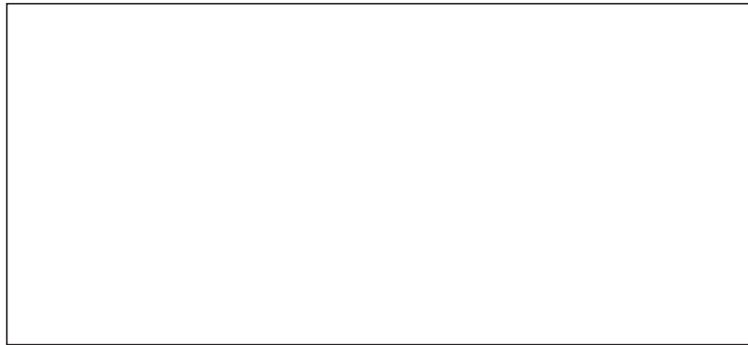


Coordenador:
MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

Ética:
dos fundamentos às práticas



Título original:



Paginação:

MA

Impressão e acabamento:

para
EDIÇÕES 70, LDA.
em
Outubro de 2016

Direitos reservados para Portugal e países africanos
de língua oficial portuguesa por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 11 – 3.º C – 1900-221 Lisboa / Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Um ponto de vista sobre a Filosofia hoje

António Manuel Martins

Universidade de Coimbra

Sempre foi difícil falar da situação da filosofia no singular pelos problemas de identidade bem conhecidos. A fragmentação atingiu tal nível de extensão e radicalidade que muitos se interrogam acerca da razoabilidade de incluir empreendimentos e práticas tão diversas sob uma mesma designação. Se é verdade que a crítica e a diferenciação de posições parece ser o mais comum entre os praticantes da disciplina não se deve perder de vista o facto de existirem muitos traços comuns e pressupostos partilhados. A impossibilidade prática de encontrar uma taxonomia que permita classificar de modo minimamente satisfatório os múltiplos modos de filosofar e respectiva produção filosófica faz com que se continue a usar uma classificação que todos reconhecem inadequada mas tem a eficácia (e os perigos) dos esquemas simples e agregadores. A distinção entre filosofia analítica e filosofia continental tem problemas conhecidos que aconselhariam evitar o uso destas designações para eliminar confusões e mal entendidos associados a cada um destes rótulos. Sabendo que as distinções não são geográficas

mas profissionais e passam pela compreensão da identidade da própria filosofia vamos continuar a usar estas designações e introduzir uma outra não menos problemática: história da filosofia. É a tríade usada num polémico mas estimulante artigo de Kevin Mulligan, Peter Simons e Barry Smith, publicado em 2006, sobre a situação de crise da filosofia contemporânea¹. A caracterização de cada uma destas três configurações é mais sugestiva do que rigorosa. Mas o que se pretende neste tipo de caracterizações sumárias é induzir alguma reflexão sobre o passado recente e o futuro que se espera. Neste contexto surge uma constatação que já se tornou um lugar-comum: os heróis do passado recente – chamem-se eles Russell, Wittgenstein, Popper, Carnap, Davidson, Lewis ou Husserl, Heidegger, Sartre, Gadamer, Ricoeur, Derrida (para citarmos apenas alguns) – parece não terem sucessores claros. É a conhecida síndrome da perda das grandes figuras que é agravada pela massificação da profissão e pela crescente especialização que tornam praticamente impossível acompanhar a literatura especializada mesmo que a pessoa se limite às três línguas tradicionalmente consideradas prioritárias no campo da filosofia: inglês, francês e alemão. O domínio avassalador do inglês como língua franca dos nossos dias tem consequências importantes para a profissão em países como Portugal, Espanha e Itália. Sem negar a importância de usar o inglês na comunicação oral e nas publicações, tal preocupação não deve eliminar a produção na língua materna e a leitura da produção filosófica nas línguas mais próximas (no nosso caso, em espanhol e em italiano, além do francês). É a única maneira de compensar um inevitável empobrecimento associado ao monolinguismo.

A filosofia analítica, como toda a filosofia, tem uma história que ajuda a compreender alguns dos seus traços. Está muito

¹ MULLIGAN, Kevin; SIMONS, Peter; SMITH, Barry, «What's Wrong with Contemporary Philosophy?», *Topoi*, 25: 63–67, 2006.

ligada às obras de Frege, Russell e G. E. Moore com uma influência significativa do primeiro Wittgenstein e do programa filosófico do Circulo de Viena. Nesta primeira fase e nos autores contemporâneos que ainda defendem posições próximas, era ainda possível falar de um conjunto de filosofemas característicos e de critérios de demarcação relativamente rígidos que permitiam distinguir quem pertencia e quem não pertencia a esta tradição. Nos últimos desenvolvimentos esbateram-se as diferenças de tal modo que podemos encontrar filósofos que se consideram «analíticos» publicando sobre praticamente todos os temas da filosofia incluindo a tão suspeita e vilipendiada metafísica e/ou ontologia. Assistimos ainda a uma certa apropriação do método por parte de filósofos que defendem outro tipo de filosofias com forte componente doutrinal. Estamos a pensar, por exemplo, no tomismo analítico e no marxismo analítico. Poderíamos sempre fazer uma caracterização genérica da filosofia analítica indicando os seguintes traços gerais: primazia da análise conceptual e linguística com frequente e intenso recurso à lógica; um certo ideal de clareza argumentativa e de transparência discursiva que lhe permitem reclamar que conseguem obter certos resultados e algum progresso intelectual mesmo quando não se consegue um consenso; resultados que são um trabalho minucioso que exige o domínio de certas ferramentas e a concentração em problemas e quebra-cabeças. Muitos filósofos analíticos creem que as virtudes associadas à sua prática não diferem muito das do cientista embora muitos deles não acreditem que a filosofia é uma ciência mesmo quando trabalham em campos muito próximos da ciência actual como é o caso da filosofia mais ligada às ciências da cognição e da linguagem ou filosofia da física, IA, por exemplo. Este ideal de cientificidade, supondo que está afastado o cientismo puro e duro, coloca desafios muito exigentes à filosofia que a filosofia analítica nem sempre tem conseguido resolver pois está dominada por uma abordagem muito centrada nos problemas e

casos polémicos que vão estando na ordem do dia numa sucessão que não corresponde a um progresso cumulativo.

Este ideal de rigor teórico não é fácil de manter nos domínios da filosofia moral e política. Existe uma tensão frequentemente mal resolvida entre o ideal de rigor, nas diversas configurações contemporâneas da filosofia analítica, do qual não parece razoável abdicar e as potencialidades oferecidas pela tradição filosófica. A concentração excessiva em questões de meta-filosofia, designadamente no âmbito da ética e da filosofia política, no período que se seguiu à II Guerra Mundial, ilustram bem o perigo de ensimesmamento e potencial irrelevância desse tipo de produção filosófica. Nessa época a filosofia política foi declarada uma disciplina filosófica morta e G. E. M. Anscombe podia escrever em 1958 algo que, não sendo uma certidão de óbito da disciplina, equivalia, no mínimo, ao diagnóstico de uma doença grave sem tratamento conhecido. Lembremos a primeira e a terceira das três teses defendidas por Anscombe nesse célebre artigo programático: a) que não era proveitoso fazer filosofia moral; esta tarefa deveria ficar adiada até dispormos de uma adequada filosofia da psicologia; b) que as diferenças entre os autores ingleses mais conhecidos que escreveram sobre filosofia moral desde Sidgwick são insignificantes². A primeira tese compreender-se-á melhor se a enquadrarmos num contexto de desencanto e frustração perante os magros resultados da filosofia britânica no domínio da ética começando em G. E. Moore, autor fundacional da filosofia analítica numa das narrativas mais correntes, e terminando na obra daquele que seria um dos grandes expoentes da filosofia moral analítica, R. Hare que já tinha publicado a obra importante *A Linguagem da Moral* (1952). Isto sem falar de toda a obra dos intuicionistas britânicos (H. A. Prichard, W. D. Ross). Anscombe parece igualmente

² ANSCOMBE, G.E.M., «Modern Moral Philosophy», *Philosophy*, 33: 1-19, 1958.

desconhecer ou minorizar a obra de um filósofo inglês que publicou justamente nesse ano de 1958 o texto que o tornou um dos fundadores da teoria da argumentação, Stephen Toulmin. Para a discussão da ética tem particular interesse a obra que resultou da sua tese de doutoramento em Cambridge onde seguiu as lições de Wittgenstein, J. Wisdom e G. E. Moore: *Uma análise do lugar da razão em Ética* (1950)³. Num ambiente dominado pelo não-cognitívismo, Toulmin faz uma crítica severa das abordagens meta-éticas dominantes na época propondo como alternativa uma aproximação contextualizada e baseada em «boas razões». No mesmo ano em que Anscombe publica o seu «manifesto», aparecem dois artigos da sua colega de Oxford, Philippa Foot sobre argumentos morais e convicções morais que constituem o início de uma reabilitação programática de uma ética das virtudes que, no seu caso, vai adquirir progressivamente uma feição naturalista⁴. O filósofo escocês Alasdair MacIntyre, irá desenvolver mais tarde um tipo de ética das virtudes que se aproxima mais da matriz seguida por Anscombe muito influenciada por Aristóteles e Tomás de Aquino. Porém, na década de 1950, MacIntyre era ainda um marxista convicto que perseguia o projeto de construir uma ética marxista crítica. O artigo «What Morality is not» é um ataque direto ao prescritivismo de Hare. O artigo de Anscombe densificou uma insatisfação com as doutrinas éticas dominantes na filosofia anglo-americana. A reabilitação da ética das virtudes foi lenta e nem toda se deu no contexto de um regresso a uma inspiração aristotélica ou tomista. Outras configurações recentes da ética das virtudes, no âmbito da filosofia analítica, apontam para outros autores de referência: Hume, Martineau, Nietzsche. O artigo de Anscombe ignora ainda o desenvolvimento, já desde

³ TOULMIN, S. E., *An Examination of the Place of Reason in Ethics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1950.

⁴ FOOT, Philippa, *Natural Goodness*, Oxford, Clarendon Press, 2001.

o início de 1950, de uma nova abordagem que iria revitalizar a filosofia moral e política de feição analítica. Estamos a referir-nos à teoria da justiça de John Rawls (1971) que já estava em embrião nos ensaios seminais daquela década: «Outline of a decision procedure for ethics» (1951) e «Justice as fairness» (1958). A obra de Rawls é importante não só pelas conclusões mas também pelo modo como chegou a essas conclusões e pelos inúmeros escritos a que deu origem. Rawls defende uma concepção não utilitarista da justiça inspirada na moral kantiana. Reconhecendo a força e o carácter sistemático do utilitarismo, Rawls propõe um objectivo mais modesto do que o de alguns críticos do utilitarismo (incluindo os intuicionistas que ele também critica): não se trata de provar que o utilitarismo está errado mas, antes de mais, que é possível construir uma moral e uma filosofia política alternativa cuja inspiração principal é Kant. A sua obra constitui, sem dúvida, o trabalho mais sistemático no domínio da ética e filosofia política das últimas décadas. Apesar disso e do enorme esforço de integração de intuições básicas da história da filosofia moral e política, as suas posições teóricas suscitaram, desde a primeira hora, vivas reacções de adesão e de rejeição dos mais diversos quadrantes da academia. A relação da ética e política com a metafísica, o construtivismo *versus* naturalismo ou objectivismo, para além de muitos outros tópicos, continuam ainda no centro de muitas discussões.

Tal como Anscombe, Bernard Williams foi um crítico lúcido da filosofia moral na tradição analítica, independentemente da sua inspiração ou orientação teórica. Para além dos textos mais conhecidos importa ler com atenção a sua obra *A ética e os limites da filosofia* onde se colocam interrogações que não podem / devem ignorar mesmo os que, em última análise, não concordarem com o seu diagnóstico⁵. Convida a refletir

⁵ WILLIAMS, Bernard, *Ethics and the Limits of Philosophy*, Londres, Fontana, 1985. É uma pena que este livro não esteja traduzido em português apesar de já estar traduzido em espanhol, italiano, francês e alemão.

sobre a natureza das questões ética e da compreensão de racionalidade complicada. Não esquecendo as relações da ética com a política e o direito importa ver os detalhes no contexto da vida das pessoas e suas relações.

No campo da «filosofia continental» encontramos, tal como na «filosofia analítica», inúmeras configurações cada uma com a sua matriz disciplinar característica. Se exceptuarmos o marxismo e algumas franjas de neo-kantismo, podemos dizer que a maior parte dos autores da filosofia continental se caracteriza por uma atitude claramente anti-teoria. Isto é mais claro nos filósofos influenciados pela fenomenologia e hermenêutica de Heidegger e Gadamer. Neste contexto também se assistiu a partir dos anos de 1960 a uma reabilitação da filosofia prática de Aristóteles que, num primeiro momento, não conduziu a uma ética das virtudes. Mas este tipo de ética tem uma longa tradição e foi cultivada em França, entre outros, por V. Jankélévitch que publicou em 1949 o monumental *Tratado das Virtudes* depois de uma polémica com Sarte sobre o sentido e urgência do agir moral⁶. As grandes figuras da filosofia continental, na Europa ocidental, foram influenciadas pela fenomenologia de Husserl: Heidegger, Gadamer, Merleau-Ponty, E. Levinas, Paul Ricoeur e Jacques Derrida. Jean Luc Nancy acompanha a desconstrução de Derrida e, entre outros contributos, publica vários textos para ajudar a repensar o político. Ainda no quadro da filosofia política, em sentido amplo, se insere a actividade de alguma filosofia italiana mais recente que visa um público mais vasto do que o universitário. A fenomenologia também é cultivada hoje um pouco por todo o mundo e em diversas configurações. Autores como Alain Badiou, Foucault e Deleuze contam-se entre os pensadores franceses contemporâneos mais influentes.

A história da filosofia é praticada quer no campo da filosofia analítica quer no da filosofia continental.

⁶ V. JANKÉLÉVITCH, *Traité des vertus*, Paris, Bordas, 847 pp., 1949. Duas reedições, em três tomos, nos anos 60 e 80.

A afirmação de Mulligan *et al.* de que na Europa continental, com a excepção da Escandinávia e da Polónia, a filosofia que se pratica é história da filosofia não se pode aceitar sem reserva até porque a filosofia analítica é dominante hoje em muitos departamentos de Filosofia de países como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha. Mesmo em França, onde a resistência à difusão da filosofia analítica foi mais forte já se pode observar, desde o final do século passado, um crescente número de centros universitários onde a filosofia analítica é cultivada. As questões envolvidas na relação entre a filosofia com a sua história são demasiado complexas para serem aqui abordadas. Também ela se pode equacionar de forma muito diversa. Uma distinção que pode ser útil neste contexto, apesar de muito genérica, é a que distingue história da filosofia da história das ideias. Quem faz história das ideias não faz filosofia, em rigor. Já quem faz história da filosofia está a fazer filosofia na medida em esse trabalho «histórico» pretende acrescentar algo à filosofia e não propriamente à história. Se o exercício dessa actividade for acompanhado de uma atitude céptica que leve a uma sistemática suspensão do juízo, então, estamos perante uma opção filosófica genuína e que deve ser avaliada como tal. Aliás, o cepticismo, em múltiplas formas, nem sempre consequentes, está mais difundido do que pode parecer ser o caso depois de uma leitura superficial da literatura filosófica mais recente.

A filosofia contemporânea, nas suas diferentes configurações, quando informada, trabalha com textos de toda a tradição filosófica, desde Platão aos nossos dias. A complexificação e fragmentação da filosofia hoje tornam ainda mais difícil o trabalho filosófico.

Um conselho sensato que se poderia dar aos jovens recomendaria que escolhessem um domínio claro de especialização mas não deixassem de acompanhar, pelo menos nas grandes linhas, aquilo que se faz em outros domínios.